

**EDITAL Nº 11/2023 - PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO
NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM RECIFE/PE – GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA – DIREITO ADMINISTRATIVO

Considere a seguinte situação: Uma família de baixa renda construiu a sua moradia numa área de proteção ambiental na zona urbana de Recife/PE, onde eles residem há 15 anos. Na casa também se explora uma pequena borracharia de onde o núcleo familiar auferia renda. A Administração Pública, em atividade de fiscalização, notificou referida família sobre a irregularidade da construção. Expediu determinação da demolição da casa e/ou a desocupação no prazo de 30 dias, findo o qual a Administração mesma iria demolir a construção que estaria em área de proteção. Após, o casal notificado procurou a assistência da Defensoria Pública da União em Recife/PE.

Feitas essas considerações, desenvolva um parecer sobre o caso, com sugestões ao(à) Defensor(a) que irá atuar no caso. No texto, deverão constar observações sobre:

- 1 – As prerrogativas do ato administrativo, em especial sobre a autoexecutoriedade;
- 2 – Poder de polícia e seus limites;
- 3 – Princípios do processo administrativo;
- 4 – Argumentos jurídicos sobre a possibilidade, ou não, da família permanecer morando no local;
- 5 – Possíveis medidas que poderiam ser adotadas pela DPU em favor da família.

Espelho de correção: 100: TOTAL

50 – JURÍDICO (letra “a”)

50 – REDIGIR (letras “b” e “c”)

Item/Pontuação	Pontuação obtida	Observações
a) domínio do conteúdo e demonstração de conhecimento técnico-jurídico (a.1+a.2+a.3+a.4+a.5 = 50 pts)		
a.1) Mencionar os atributos dos atos administrativos: presunção de legitimidade; imperatividade, exigibilidade, tipicidade e autoexecutoriedade, explicando que o último é o poder/dever da Administração de agir sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário. 10 pts		
a.2) Mencionar que o Poder de Polícia é a restrição do direito individual em prol da coletividade, mas que não é um poder absoluto. 10 pts		
a.3) Mencionar o princípio da Supremacia do Poder Público em paralelo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. 10 pts		
a.4) Mencionar que o Direito à moradia é um Direito social previsto no artigo 6º da CF e garantir uma moradia para as pessoas é uma das		

facetas do Direito de Propriedade previsto no “caput” do artigo 5º da Constituição 10 pts		
a.5) Mencionar a necessidade de a DPU tentar uma resolução não judicial do conflito por meio de uma tentativa de conciliação e, caso não seja possível, adentrar com uma ação pelo rito comum com um pedido de tutela de urgência; 10 pts		
b) Emprego da Língua Portuguesa - acentuação, gráfica, morfosintaxe, propriedade vocabular e estruturação textual. (25 pts)		
c) Capacidade de argumentação, coesão e coerência textual (25 pts).		
Pontuação total (a+b+c)		